

# PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

# 2017



Porto do Funchal



Porto do Caniçal



Porto do Porto Santo



PORTOS DA MADEIRA



1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	3
3.	PROGRAMA DO XII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....	5
4.	AÇÕES A DESENVOLVER EM 2017 .....	7
5.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A. ....	10
6.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	11
6.1.	PLANO DE INVESTIMENTOS 2017.....	11
6.2.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	12
7.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	14
7.1.	PRESSUPOSTOS.....	14
7.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS .....	16
7.3.	GASTOS OPERACIONAIS .....	16
7.4.	GASTOS FINANCEIROS .....	17
7.5.	OUTROS GASTOS .....	17
8.	PLANO DE FINANCIAMENTO .....	17
8.1.	AUTO-FINANCIAMENTO .....	18
8.2.	FINANCIAMENTOS.....	18
8.3.	PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS.....	18
8.4.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017 .....	19
9.	DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL.....	21
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL .....	23
	ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL.....	24
	ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL .....	25
	ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL .....	26
	ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO.....	27
	ANEXO VI – GASTOS .....	28
	ANEXO VII – PLANO DE INVESTIMENTOS .....	29



## **1. INTRODUÇÃO**

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

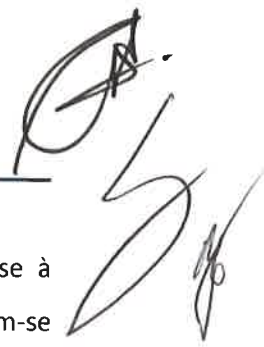
Em 2017, a empresa prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, de acordo com as orientações de gestão emanadas pelo acionista a APRAM, S.A., procurará rentabilizar as infraestruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.

Este documento, reflete e descreve as obras necessárias à reabilitação das infraestruturas portuárias sob jurisdição da APRAM, S.A., bem como elenca as fontes de financiamento para a sua efetiva concretização. As obras a concretizar em 2017, foram definidas em função do necessário enquadramento orçamental, atento o grau de necessidade e urgência das intervenções, sem prejuízo de outras, igualmente necessárias a muito curto prazo.

Os custos de reparação e manutenção das infraestruturas portuárias são elevados, mas indispensáveis para manter a operacionalidade e a prestação dos serviços portuários, sob pena de, em intempérie futura, nalguns casos, existir um risco elevado de se destruírem por completo, nomeadamente estruturas que se encontram atualmente fragilizadas e desprotegidas na sequência do grande temporal de 10/12/2013.

Em 2014 a APRAM, S.A. foi reclassificada, passando a integrar o perímetro de enquadramento orçamental da administração direta regional, estando assim obrigada ao cumprimento de todas as normas e procedimentos no que se refere à execução orçamental, e, nomeadamente, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Os prazos médios de pagamento a fornecedores nos anos de 2014, 2015 e 2016 foram de 346, 87 e de 53 dias, respetivamente, verificando-se assim uma redução progressiva e acentuada dos mesmos em relação aos anos anteriores.



A redução da dívida comercial (demonstrada no quadro abaixo) ficou ainda a dever-se à celebração de alguns ARD (Acordos de Regularização de Dívida), os quais encontram-se integralmente pagos.

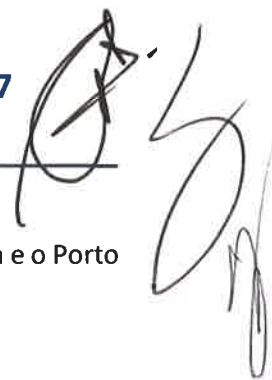
ANOS	DIVIDA COMERCIAL	VAR. (%)
2011	4.039.113,34 €	
2012	5.045.612,47 €	25%
2013	9.061.555,56 €	80%
2014	5.065.173,83 €	-44%
2015	2.915.179,80 €	-42%
2016	558.566,63 €	-81%

A conjuntura de rigor e contenção orçamental necessariamente condicionou a aprovação do plano de investimentos da APRAM.

Assim e no que se refere a investimentos, o plano foi reduzido e inclui, essencialmente, as intervenções nas estruturas portuárias mais afetadas e/ou degradadas, bem como as obras que potenciam a utilização e rentabilização das mesmas.

Pretende-se em 2017 a obtenção de um “cash-flow” de exploração positivo, mas a obtenção de resultados líquidos positivos não será possível a curto/médio prazo devido essencialmente a:

- Vocaç o da empresa para a presta o de servi o p blico e  s orienta es do acionista quanto   atualiza o do tarif rio, defini o de isen es/aboli o de taxas, isen o de pilotagem aos comandantes dos navios que re nam condi es para tal, de modo a n o penalizar os custos globais da fatura portu ria;
- Elevados encargos financeiros resultantes do servi o da d vida,  s amortiza es do imobilizado, resultado da entrada em funcionamento das infraestruturas portu rias e de novos equipamentos e a n o rece o de indemniza es compensat rias, por parte do Governo regional da Madeira, com a isen o de taxas portu rias atribuídas ao



concessionário da linha marítima de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo.

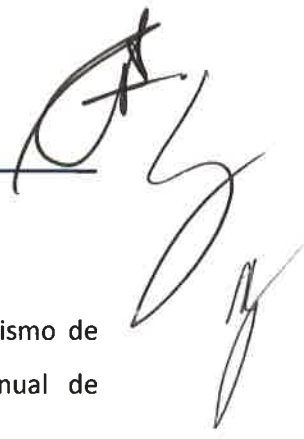
## **2. MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- **Missão:** Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.
- **Valores:**
  - **Qualidade** – Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
  - **Segurança** – garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
  - **Atitude** – atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
  - **Inovação** – encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas serão aproveitados pela APRAM, S.A. na concretização da sua estratégia de negócio, em conjugação com os seus parceiros sempre que possível, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;



- Segurança portuária.

A capacidade e a função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverá ser consolidada, numa perspetiva de assegurar um fluxo anual de passageiros/escalas não inferior a 570.000 passageiros/300 escalas.

As infraestruturas criadas e de apoio ao turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas, articulando-se assim com o objetivo supra referido.

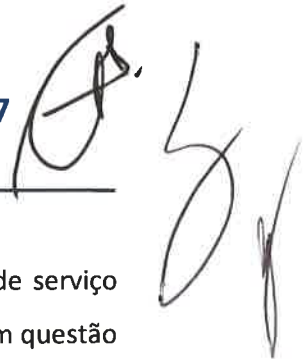
Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

Pretende-se dinamizar a promoção da náutica de recreio e das atividades marítimo turísticas, estando prevista a concessão de exploração do Porto de Recreio do Funchal, na parte que corresponde aos lugares de atracação localizados a nascente do Cais da cidade, bem como da marina do Porto Santo.

A atuação da APRAM, S.A., neste âmbito, será materializada por:

- Propostas dos planos anuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;
- Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;
- Propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário,
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;
- Propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;



- Propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas de modo a que não seja colocada em questão a viabilidade da empresa;
- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.

### **3. PROGRAMA DO XII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Os transportes e a mobilidade assumem papel de destaque na política do XII Governo da Região Autónoma da Madeira, o qual destaca os condicionalismos próprios de um território insular e ultraperiférico, com especial destaque para a dependência da economia da Região em relação ao exterior, para o setor do turismo, no qual se inclui o turismo de cruzeiros e para as necessidades de deslocação dos residentes.

É igualmente destacado o Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira, 2014-2020 – PIETRAM, “documento orientador da ação do Governo Regional e um instrumento de articulação com outras entidades com intervenção no sector dos transportes (aéreos, marítimos e terrestres)” e que tem naturalmente implicações estratégicas sobre a política marítimo portuária na RAM.

Estão consagrados no Programa do XII Governo prioridades com implicações diretas sobre a APRAM, S.A., de que se destacam:

- “Melhoria das acessibilidades externas, aéreas e marítimas, para passageiros e carga, de modo a promover a maior competitividade da Região;
- Melhoria das acessibilidades e da mobilidade de pessoas e bens entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, com maior comodidade e menores custos;
- Melhoria da eficiência e a racionalidade da utilização e valorização das infraestruturas portuárias da Madeira e do Porto Santo.

Como principais medidas a implementar nos transportes marítimos destacam-se as seguintes:

- Reabilitar e melhorar a eficiência dos equipamentos portuários, de modo a dotar a Região de um serviço marítimo portuário competitivo que se assuma como motor de desenvolvimento e de atração ao mercado internacional;

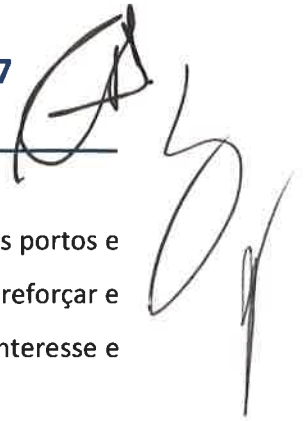
- Desenvolver um plano para a reestruturação do sector portuário e consequentemente da APRAM, S.A., visando a otimização e rentabilização dos portos da RAM, assegurando os níveis de serviço adequados e racionalizados, e ainda tomar medidas estruturantes para a viabilidade da APRAM, S.A.;
- Promover e incentivar o transporte marítimo de passageiros entre a Região e o continente português, analisando a possibilidade de combinar o transporte de passageiros com carga agregada;
- Valorizar e rentabilizar as novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a nova Gare Marítima da Madeira;
- Fomentar a promoção dos portos da RAM no que respeita ao turismo de cruzeiros, apostando na captação de mais escalas para a ilha do Porto Santo;
- Continuar e reforçar os programas de monitorização ambiental e de segurança marítima, dando igualmente continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector;
- Promover a articulação do PIETRAM com as estratégias locais de mobilidade e transportes;
- Catalisar a cooperação e a inovação na área da mobilidade e transportes, participando em redes nacionais e internacionais e promovendo projetos de cooperação regionais e inter-regionais nos domínios da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, na área da mobilidade e transportes.

A qualificação do destino também passa pelos seus portos. Nesta medida, o destino Madeira é considerado pelo *trade* internacional um destino de qualidade, com infraestruturas e serviços ímpares, altamente elogiados e valorizados, de que resulta uma elevada taxa de fidelização dos seus visitantes, nos quais se incluem os cruzeiristas.

A APRAM tem presente a qualificação do destino também passa pelos seus portos. Nesta medida, o destino Madeira é considerado pelo *trade* internacional um destino de qualidade, com infraestruturas e serviços ímpares, altamente elogiados e valorizados, de que resulta uma elevada taxa de fidelização dos seus visitantes, nos quais se incluem os cruzeiristas.

Assim, destacam-se como principais orientações estratégicas:





- Integrar e potenciar a oferta ao nível dos serviços de transportes marítimos, os portos e marinas, as atividades marítimo-turísticas e de náutica de recreio, de modo a reforçar e enriquecer a oferta turística, resultando na criação de produtos turísticos de interesse e de qualidade para o destino;
- Criar condições para o acompanhamento atempado dos dados referentes ao sector do Turismo, associado a uma análise profunda das tendências mundiais no mercado de cruzeiros, considerando os indicadores da WTO e o posicionamento do porto do Funchal a nível mundial.

#### 4. AÇÕES A DESENVOLVER EM 2017

A APRAM, S. A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, será dado cumprimento ao estipulado no ORAM 2017, sendo implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos e na parte aplicável ao Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira e às Empresas Reclassificadas.

No cumprimento dos objetivos estabelecidos, assume relevância:

- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização, eventualmente para a instalação de serviços públicos;
- Melhoria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar os espaços vazios,
- Alteração do modelo de exploração da operação portuária do Caniçal;
- Rentabilização do espaço portuário ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal, eventualmente para expansão da área da operação portuária;
- Rentabilização das infraestruturas existentes, designadamente Zona de Apoio Logístico (ZAL) do Porto Novo;
- Rentabilização da Gare Marítima da Madeira e espaços comerciais adjacentes;

- Proposta de indemnizações compensatórias à APRAM, S.A. pelo serviço público prestado de apoio ao contrato de concessão da linha regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo,
- Análise da eventual transferência da administração e gestão, total ou parcial, dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2017, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

- Adaptação à RAM do acordo coletivo de trabalho celebrado entre as administrações portuárias do continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços quando tal não se revele possível. Tratando-se da eventual saída de técnicos altamente qualificados, torna-se imprescindível a sua substituição direta e imediata;
- Formação para a renovação da certificação das tripulações e da segurança;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa, materializada através dos exames médicos periódicos, sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;
- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal do porto de Porto Santo e do porto do Caniçal consoante o regime que vier a ser adotado para aquelas infraestruturas portuárias;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;

- Aplicação das regras que vierem a ser aprovadas para o pessoal do setor marítimo portuário;
- Incentivo ao auto desenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes *stakeholders* do setor, estando previstas as seguintes ações:

- Otimização da gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia do desempenho das funções de autoridade reguladora e fiscalizadora;
- Melhoria na promoção da eficiência na utilização de recursos e a agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades (marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (*Automatic Information System*);
- Aprimorar e potenciar as características do novo sistema informático implementado aquando da reclassificação da empresa de modo a que, além de responder às necessidades e exigências legais de reportes da contabilidade orçamental/patrimonial possa ser uma verdadeira ferramenta de apoio à gestão;
- Otimização do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto do Porto Santo;
- Dinamização do mercado de cruzeiros e captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, consolidando a sua posição como porto de escala em viagens transatlânticas e também em itinerários regulares que incluem as Canárias e/ou os portos portugueses;
- Dinamização do porto do Porto Santo para cruzeiros temáticos;
- Assegurar a participação em feiras e eventos internacionais, nomeadamente a Seatrade Miami e Seatrade Europe e publicidade em revistas da especialidade nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias e outras regiões da Macaronésia, nomeadamente no fomento da atividade de cruzeiros e no projeto CruisAtlantic;

- Desenvolvimento da parceria com os portos portugueses no fomento da atividade de cruzeiros e na criação da marca Cruise Portugal;
- Desenvolvimento de parcerias, com o objetivo de estabelecer relações *win-win*.

## 5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. é parte integrante da administração pública regional e tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas próprias derivadas da sua atividade.

Com a reclassificação, a APRAM, S.A. passou a estar equiparada aos serviços e fundos autónomos. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, sujeitando a empresa a adaptar-se a novos procedimentos de natureza administrativa/contabilística:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O Orçamento da APRAM, S.A., para o ano económico de 2017, elaborado na ótica da contabilidade pública apresenta um valor global de 41.858.136€.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) é a expressa no quadro infra:

**Quadro 1 – Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2017**

Designação	Orçamento	Un.: Euros
Receitas correntes		12.002.392
Receitas de capital		29.855.744
<b>Total das receitas</b>		<b>41.858.136</b>
Despesas correntes		18.042.250
Despesas de capital		23.815.886
<b>Total das despesas</b>		<b>41.858.136</b>

Fonte: APRAM, S.A.



O Orçamento da APRAM, S.A. (ótica da contabilidade pública) para o ano económico de 2017 é um documento complementar a este Plano de Atividades e Orçamento.

## **6. PLANO DE INVESTIMENTOS**

### **6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2017**

A APRAM, S.A. modernizou as suas infraestruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias.

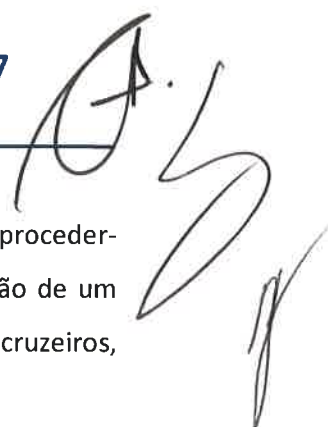
No entanto, e como já referido, os temporais de fevereiro de 2010 e de dezembro de 2013 provocaram enormes estragos. Para a sua reparação e ou substituição são necessários investimentos de modo a serem repostas as normais condições de operacionalidade e segurança de pessoas e bens.

Acresce, ainda, que os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existe uma contínua necessidade de realização de obras de conservação, manutenção e monitorização.

Neste particular, existe a necessidade premente de desenvolver estudos (em modelo reduzido e em modelo matemático) sobre a agitação marítima, dinâmica dos fundos e das correntes existentes na bacia navegável do Porto do Funchal, considerando as componentes hidrodinâmicas necessariamente alteradas e condicionadas pelas mais recentes intervenções na área portuária que modificaram a hidrografia e a orografia da bacia do porto do Funchal

Exemplificam-se a necessidade de estudos, em especial, dos impactos advindos do desaguar da Ribeira de S. João para a redefinição da entrada da Marina do Funchal e dos estudos e projetos para o aumento do molhe-cais exterior do Porto do Funchal e do atual Cais 8, com o objetivo de aumentar o número de postos de acostagem e otimizar a operacionalidade na bacia portuária.

Proceder-se-á, também, aos estudos e projetos conducentes às empreitadas de reposição dos mantos de proteção do molhe exterior do Porto do Funchal, do terraplano nascente do porto do Caniçal, e reparações nos portos da Ribeira Brava, Paul do Mar, Porto Santo, Machico, Santa Cruz e Ponta do Sol que, afetados pelos últimos temporais e falta de ações de manutenção, precisão de urgente intervenção.



No Porto do Funchal e para melhorar a segurança e bem-estar dos utentes do porto, proceder-se-á, também, a ações de manutenção na cobertura da Gare Marítima, à construção de um heliporto no Porto do Funchal e à construção das instalações de apoio à atividade de cruzeiros, atualmente inexistentes, no Terminal Norte (Cais 6).

Contudo, face aos constrangimentos financeiros da RAM e ao volume de investimento necessário não será ainda possível efetuar a totalidade das reparações dos danos do temporal de 10/12/2013 e outras que se afiguram igualmente necessárias.

Para 2017 prevemos um investimento global no montante de 8.290.173 €.

Os investimentos serão financiados, por receitas próprias (4%), contrato programa (68%), a celebrar com o acionista e financiamento nacional através da lei de meios (25%), e estão elencados no quadro 2 e no mapa anexo VII – Plano de investimentos.

**Quadro 2 – Plano de Investimentos 2017 – por Fonte de financiamento**

Un: Euros

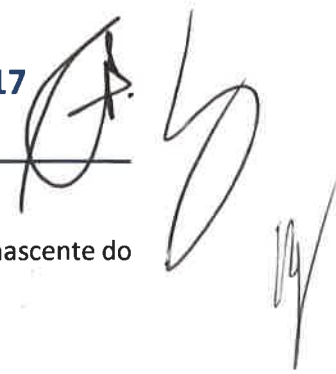
DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL 2017	%
FONTE DE FINANCIAMENTO 315 - RECEITAS GERAIS NÃO COMPARTICIPADAS AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS	150.000	2%
FONTE DE FINANCIAMENTO 371 - FINANCIAMENTO NACIONAL - LEI DE MEIOS	2.050.000	25%
FONTE DE FINANCIAMENTO 372 - FINANCIAMENTO NACIONAL - FUNDO DE COESÃO NACIONAL	5.650.598	68%
FONTE DE FINANCIAMENTO 482 - OUTROS SALDOS DE FUNDOS EUROPEUS - OUTROS	81.075	1%
FONTE DE FINANCIAMENTO 510 - RECEITA PRÓPRIA NÃO AFETA A PROJETOS COFINANCIADOS - RECEITA PRÓPRIA DO ANO	358.500	4%
<b>TOTAL DO INVESTIMENTO APROVADO PARA O ANO 2017</b>	<b>8.290.173</b>	<b>100%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

**6.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

Para além dos investimentos elencados nos quadros 3 e 4, numa ótica de investimentos a curto/médio prazo, aguardamos as orientações estratégicas para o setor.

Destacam-se em baixo as principais ações plurianuais, a que a APRAM, S.A. se propõe:



- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação dos danos causados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 no cais de Machico;
- Reabilitação pedonal da parte superior da marina do Funchal;
- Dragagem do porto do Funchal;
- Reparação do porto do Porto Santo;
- Reconstrução do cais da Ribeira Brava;
- Reabilitação do cais da Ponta do Sol;
- Reparação e reposição da proteção do cais do Paúl do Mar;
- Reparação e reposição da proteção do cais do Seixal;
- Substituição dos cabeços Funchal;
- Reforço do manto de proteção do terraplano nascente do porto do Caniçal;
- Reconstrução do cais de Santa Cruz.

A calendarização e a assunção dos encargos com os investimentos dependerá de vários fatores, a definir pelo acionista, nomeadamente:

- Fontes de financiamento (tratando-se de reparação e manutenção de obras já existentes, face ao atual enquadramento de acesso à comparticipação comunitária, as candidaturas não são possíveis);
- Eventual passagem da gestão e administração dos pequenos portos para as autarquias locais ou outro organismo do Governo Regional;
- Urgência e criticidade da reparação do terraplano do Caniçal e Porto Santo. Se é verdade que foram aprovadas verbas no orçamento de 2016 para realizar obras em ambas as infraestruturas, não poderemos deixar de enfatizar que os valores aprovados são substancialmente inferiores ao da proposta inicial apresentada à tutela, pelo que nem

todas as intervenções necessárias serão concretizadas em 2017, mau grado a sua premência. O avançado estado de degradação poderá colocar em causa a segurança de pessoas e bens que diariamente utilizam aquela infraestrutura e, no caso do terraplano do Caniçal, afetar a normal movimentação de cargas no terminal, com reflexos diretos nos tempos de movimentação das mercadorias e eficiência da operação de carga/descarga. De salientar que com a atual situação (licenciamento da operação portuária) os custos de manutenção do terraplano são da APRAM, S.A., não havendo qualquer contrapartida financeira por parte do operador portuário.

Reforçamos e enfatizamos que sem a dotação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento dos investimentos, a sua concretização não será viável apenas com receitas próprias da APRAM, S.A..

## 7. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

### 7.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas e macroeconómicas, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, a economia da RAM tem-se confrontado com um conjunto de desafios.

A APRAM, S.A. foi apanhada por esta conjuntura desfavorável e acabou por ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos ao longo da última década, para colmatar a realização de investimentos (reprodutivos e não reprodutivos, sendo integrados nestes os pequenos cais), sem as devidas contrapartidas financeiras por parte do acionista, sempre avalizados pelo Governo Regional.

Assim, para 2017, prevê-se que o Governo Regional dote a APRAM, S.A. das fontes de financiamento para:

- Cobertura dos encargos com o serviço da dívida (juros e amortização de capital), decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista;
- Encargos referentes aos investimentos na parte não cofinanciada por programas comunitários (POVT, Fundo Coesão, Lei de Meios).



Prevê-se como fontes de financiamento para a concretização dos investimentos e para o pagamento do serviço da dívida a celebração de contratos programa e/ou contratos de mútuo com o acionista único, o Governo Regional.

Enquadram-se, ainda neste cenário, indemnizações compensatórias para a ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, que está, nos termos do contrato de concessão, isenta de todas as taxas portuárias, do mesmo modo que se encontram isentas de cobrança as áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada entre as duas ilhas. De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gás e produtos similares para o Porto Santo. Estas taxas representariam, caso fossem cobradas, um valor aproximado de 1.533.310 euros anuais.

Ainda neste campo, fruto da entrada em vigor da Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que alterou o artigo 18.º do Regulamento de Tarifas da APRAM, S.A., ficaram isentas do pagamento de TUP carga todas as exportações efetuadas com origem em portos da RAM, exceção feita aos contentores vazios, o que se traduz em perda de receita imprescindível para a viabilização económica da empresa.

O endividamento da APRAM, S.A., empresa integrada no SERAM, implica uma fatura anual de encargos financeiros que, em 2017, rondará os 21,8 M€.

No ano anterior, foi celebrado um contrato de mútuo com o acionista para fazer face aos encargos do serviço da dívida paga, cujo montante está indicado no mapa seguinte:

**Quadro 3 - Contrato de mútuo**

DATA DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	VALOR UTILIZADO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO	DATA DE REEMBOLSO
29-01-2016	Amortizações de capital de operações financeiras	29.111.778,00 €	29.111.778,00 €	31-12-2016	30-06-2017

Em outubro de 2016, a APRAM, S.A. procedeu a um aumento de capital social, através da conversão do montante de 34.413.732,26 €, resultante dos contratos de mútuo celebrados entre a empresa e o acionista (Governo Regional da Madeira), para o pagamento do serviço da



dívida dos anos 2013, 2014 e 2015, passando deste modo o capital social da APRAM, S.A. de 29.715.775,00 € para 59.129.505,00 €.

## 7.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Tendo por base todos os pressupostos apresentados, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2017 no montante global de 11.754.597 €, conforme vem resumido no quadro abaixo e melhor discriminado no Anexo V.

**Quadro 4 - Rendimentos Operacionais do Exercício**

Un: Euros

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2017	ORÇAMENTO 2016	VAR. (%)
TUP - Navio	1.266.612	1.274.054	-0,58%
TUP - Carga	1.173.001	1.179.895	-0,58%
Tráfego de Passageiros	1.323.885	1.331.664	-0,58%
TUP Contentores	3.192.848	3.211.609	-0,58%
Outros Serviços a Navios	3.197.936	3.216.726	-0,58%
Outros Serviços à Carga	139.156	139.974	-0,58%
Concessões e Rendas	1.380.084	1.254.098	10,05%
Subsídios à Exploração	81.075	20.000	305,38%
<b>TOTAL</b>	<b>11.754.597</b>	<b>11.628.020</b>	<b>1,09%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

## 7.3. GASTOS OPERACIONAIS

Para o ano de 2017 foram orçados gastos operacionais no montante global de 25.292.861 €, conforme discriminado no quadro seguinte. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo global, de 4,70%. Reforça-se, contudo, que este valor acomoda já algumas das reparações que serão necessárias efetuar ao longo do ano para melhorar as condições de operacionalidade das estruturas portuárias afetadas pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, em particular a Gare Marítima.

**Quadro 5 - Gastos Operacionais do Exercício**

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	2017	2016	VAR (%)
Fornecimentos e serviços externos	3.490.464	3.200.669	8,30%
Gastos com o pessoal	7.483.600	6.919.411	7,54%

DESCRIÇÃO	2017	2016	VAR (%)
Amortizações do exercício	13.837.191	13.703.564	0,97%
Outros gastos operacionais	481.606	281.579	41,53%
<b>GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS</b>	<b>25.292.861</b>	<b>24.105.223</b>	<b>4,70%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

No anexo VI, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçados.

#### **7.4. GASTOS FINANCEIROS**

Os gastos financeiros previstos para o ano 2017, no valor de 21,8 M€, destinam-se, essencialmente, ao pagamento com os encargos financeiros e respetivas amortizações do capital, decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em imobilizados corpóreos.

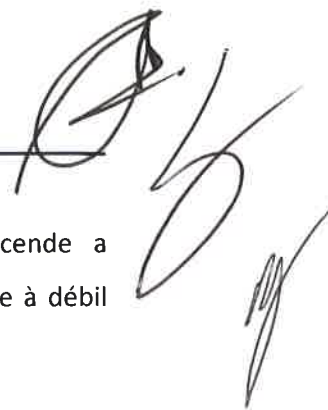
#### **7.5. OUTROS GASTOS**

Na rubrica “trabalhos especializados” está contemplado um valor de 270.492 €, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, nomeadamente da Associação de Armadores da Marinha Mercante, dos processos de execução fiscal, que tem sido objeto de oposição e impugnação, bem como o processo de execução da sentença proferida pelo tribunal arbitral no litígio que opõe a APRAM, S.A. à CLCM, movidos junto do TAF e o processo cível movido pela Empresa de Navegação Madeirense.

### **8. PLANO DE FINANCIAMENTO**

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes. A transferência da sede da APRAM, S.A. para a Gare Marítima da Madeira em 2010 e a entrada em funcionamento das áreas de receção e embarque dos passageiros, têm vindo a provocar um aumento dos custos de funcionamento, pelo que os gastos são tendencialmente maiores. A agravar esta situação, temos verificado algumas dificuldades consideráveis na cobrança de receita, e que se exemplificam:

- O processo da cobrança da licença de ocupação de espaço pela CLCM no porto do Caniçal, que corre os seus termos desde 2005, já com decisão arbitral favorável à APRAM, S.A. mas que, face à insistência da CLCM em não efetuar o pagamento voluntário, está pendente de decisão judicial de execução da referida sentença arbitral/cobrança coerciva pela via da execução fiscal, sendo que a dívida ascendia, em dezembro de 2016, a 2.910.278,32€;



- Processos de cobrança coerciva em execução fiscal, cujo montante ascende a 4.174.744,87€<sup>1</sup> e com fraca taxa de sucesso na recuperação dos créditos, face à débil situação dessas empresas.

### 8.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

#### Quadro 6 – Autofinanciamento

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.837.191
Provisões do exercício	0
<b>TOTAL</b>	<b>13.837.191</b>
Resultado líquido do exercício	- 17.931.091
Amortizações	13.837.191
Provisões (variação)	0
<b>1 - Fundos libertos</b>	<b>- 4.093.900</b>
2 - Amortizações dos financiamentos	15.606.788
3 – Investimento	8.290.173
<b>COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)</b>	<b>- 237,64%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

### 8.2. FINANCIAMENTOS

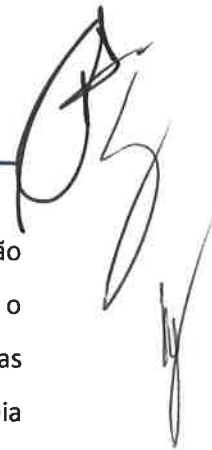
Perspetiva-se:

- Celebração de contrato de mútuo para fazer face ao serviço da dívida em 2017.

### 8.3. PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Relativamente a projetos comunitários, apenas estão em curso três projetos cofinanciados, mas de pequena expressão do ponto de vista financeiro. Falamos dos projetos Costa CO2&Ship

<sup>1</sup> Este valor inclui a dívida da CLCM, referida no parágrafo anterior.



Transport, GAINN - LNG Green CID e LSW - Logistical Single Window. Os dois primeiros são projetos na área das energias limpas (gás natural liquefeito) e o último prende-se com o desenvolvimento de uma ferramenta informática comum a todas as administrações portuárias que configure uma evolução da atual JUP, congregando a desmaterialização de toda a cadeia logística.

Paralelamente poderão ainda ao longo do ano surgir possibilidades de candidatura a financiamento comunitário no quadro do horizonte 14-20, possibilidades essas que serão avaliadas oportunamente.

Já no que concerne a contratos programa, está prevista a reprogramação do contrato assinado em 2016 e a celebração de outro, contratos esses que se destinam a fazer face aos investimentos mencionados no quadro 3.

No orçamento para 2017 não estão quantificadas indemnizações compensatórias.

Refira-se que a empresa nunca recebeu qualquer montante desta natureza e, se esse recebimento se vier a verificar (cerca de 2.294.891 €), será objeto de alteração orçamental em conformidade.

#### **8.4. RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017**

A APRAM, S.A. apresenta como principais riscos orçamentais, com reflexos na arrecadação e cobrança de receitas e no cumprimento das responsabilidades de capital e juros nas operações de financiamento contratadas, os seguintes:

- Diminuição das expectativas (atualmente positivas) relativas ao desempenho da atividade económica, o que se traduziria num risco potencial diminuição de navios que atracam os portos e na movimentação de passageiros e mercadorias;
- Riscos associados a condições meteorológicas adversas seja na RAM seja na área de influência da rota atlântica, potencialmente geradora de cancelamentos de reservas de navios de cruzeiro, ou ainda a alguma volatilidade do mercado, que pode potencialmente desviar navios para outras zonas do globo onde surja maior procura e apetência pelo turismo de cruzeiros;
- Desistência de alguns concessionários de espaços que ocupavam em área dominial sob jurisdição da APRAM, S.A.;

- Dependência do negócio de um grande grupo económico na parte da movimentação de mercadorias;
- Acionamento da cláusula de *cross default* dos empréstimos, na quase totalidade com o aval da RAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017 só é exequível com a cobrança efetiva das receitas, do recebimento das tranches previstas nos contratos de mútuo e dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira, pelo que as principais fontes de financiamento, são as expressas no ponto seguinte (Quadro 8 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

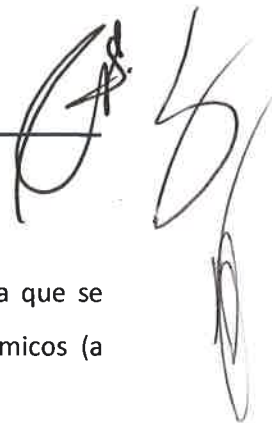
### MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS FUNDOS

#### Quadro 7 - Mapa de Aplicações e Origens dos Fundos

Un.: Euros

DESCRIÇÃO		ANO 2017
<b>APLICAÇÕES DE FUNDOS</b>		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	7.830.598
	Equipamentos	76.000
	Móveis, utensílios e viaturas	112.500
2	Outros investimentos	
	Estudos, projetos, fiscalização	
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	260.000
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	15.606.788
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	5.869.858
<b>5</b>	<b>TOTAL DE APLICAÇÕES</b>	<b>29.755.744</b>
<b>ORIGENS DE FUNDOS</b>		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos (Mútuo)	17.419.073
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM / PIDDAR / Lei de Meios	7.850.598
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	4.404.998
	Outros créditos	81.075
10	Diminuição dos fundos circulantes	
<b>11</b>	<b>TOTAL DE ORIGENS</b>	<b>29.755.744</b>

Fonte: APRAM, S.A.



## 9. DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL

Para além dos investimentos do plano mencionados no ponto 6 e pela importância que se revestem apontam-se como principais gastos com reflexos em vários anos económicos (a inscrever no SIGO RAM como encargos plurianuais) os seguintes:

### Quadro 8 – Encargos Plurianuais

<b>Aquisição de bens e serviços</b>
Limpeza das instalações
Vigilância e segurança
Serviços de recolha de resíduos, associados às descargas dos navios que demandam os portos da RAM
Aquisição de combustíveis
Certificação da frota marítima
Contratualização de seguros nos diferentes ramos
Encargos com o serviço da dívida
ARD (Acordos de Regularização de Dívida) celebrados nos termos da LCPA

Fonte: APRAM, S.A.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento das disposições normativas/regulamentares e procedimentais associadas à reclassificação da APRAM, S.A. e à sua inclusão no perímetro da administração pública como empresa reclassificada.

Por outro lado, foram tidas presentes as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pelo Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura, nomeadamente nos valores a inscrever no orçamento de 2017.

Imperará a salvaguarda do normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental, nomeadamente dos princípios que regem a elaboração e alteração do

orçamento em termos de contabilidade pública e da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2017.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., 16 de janeiro de 2016.

Os membros do Conselho de Administração:

A Presidente,

(Maria Lúcia Ferreira Correia)

A Vogal,

(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

O Vogal,

(Nuno Davide Gomes de Jesus)





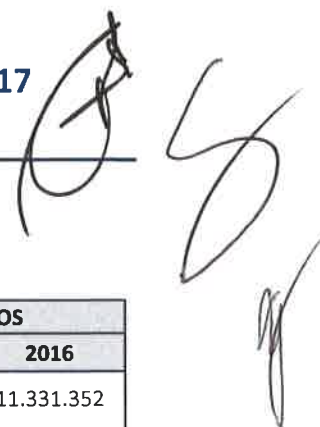
**ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		310.437.603	316.201.522
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		52.105	24.197
Ativos biológicos			
Participações financeiras - met. equiv. patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
<b>Subtotal</b>		<b>310.489.708</b>	<b>316.225.719</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		10.000	10.000
Ativos biológicos			
Clientes		4.229.885	4.890.630
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		98.144	105.450
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		6.103.208	2.969.690
Diferimentos		82.899	293.382
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		72.136	42.136
<b>Subtotal</b>		<b>10.596.272</b>	<b>8.311.288</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>321.085.980</b>	<b>324.537.007</b>



**ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		59.129.505	24.715.775
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 202.505.369	- 194.187.181
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		98.869.615	82.894.265
Resultado líquido do período		- 17.931.091	- 15.907.528
		121.314.601	81.267.272
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>121.314.601</b>	<b>81.267.272</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		117.578.732	131.332.861
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
<b>Subtotal</b>		<b>117.578.732</b>	<b>131.332.861</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		634.816	4.236.217
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		287.458	255.144
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		64.542.637	89.131.019
Outras contas a pagar		4.132	2.636.625
Diferimentos		1.413.931	
Outros passivos financeiros detidos para negoc.		15.309.673	15.677.868
<b>Subtotal</b>		<b>82.192.647</b>	<b>111.936.874</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>199.771.379</b>	<b>243.269.735</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>321.085.980</b>	<b>324.537.007</b>



**ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		11.673.522	11.331.352
Subsídios à exploração		81.075	20.000
Ganhos/Perdas imputados de subsídios, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos		-3.490.464	-3.200.669
Gastos com o pessoal		-7.483.600	-6.919.411
Imparidade de inventários (Perdas/Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)			
Provisões (Aumentos/Reduções )			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos/Reduções de justo de valor		-892.891	1.479.248
Outros rendimentos e ganhos		2.675.492	2.090.076
Outros gastos e perdas		-481.606	-10.000
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.081.528</b>	<b>4.790.596</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13.837.191	-13.703.564
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (Perdas/Reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-11.755.664</b>	<b>-8.912.967</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		25.250	25.350
Juros e rendimentos similares suportados		-6.200.677	-7.019.911
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-17.931.091</b>	<b>-15.907.528</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-17.931.091</b>	<b>-15.907.528</b>

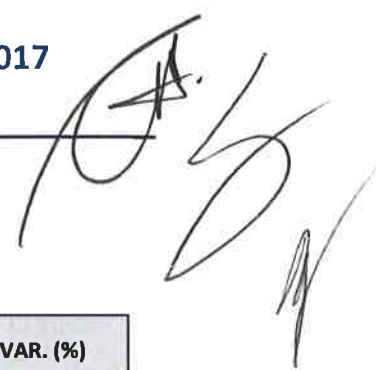
**ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes		12.029.892	11.607.254
Pagamentos a fornecedores		-3.881.367	-3.600.167
Pagamentos ao pessoal		-7.478.600	-6.871.611
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>669.925</b>	<b>1.135.476</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-573.606	-367.579
Outros recebimentos/pagamentos		102.500	40.000
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>198.819</b>	<b>807.897</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-8.019.098	-2.735.826
Ativos intangíveis		-190.000	-40.000
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		12.336.671	1.770.000
Juros e rendimentos similares			25.350
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>4.127.573</b>	<b>-980.476</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		17.419.073	29.111.778
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-15.606.788	-21.944.288
Juros e gastos similares		-6.108.677	-7.019.911
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-4.296.392</b>	<b>147.579</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>30.000</b>	<b>-25.000</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>42.136</b>	<b>67.136</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>72.136</b>	<b>42.136</b>



**ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO**

DESCRIÇÃO	2017	2016	VAR. (%)
TUP - Navio	1.266.612	1.274.054	-0,58%
TUP - Carga Geral	71.748	72.170	-0,58%
Armazenagem de Contentores	136.282	137.083	-0,58%
Diversos Serviços	253.269	254.757	-0,58%
Amarração/Desamarração	592.834	596.317	-0,58%
Serviço de Reboques	654.509	658.355	-0,58%
Serviço de Lancha	11.164	11.230	-0,59%
Serviço Pilotagem	894.007	899.260	-0,58%
Serviço Bâscula - Pesagem	11.506	11.574	-0,59%
Fornecimento de Mão-de-Obra	102.638	103.241	-0,58%
Serviço de Guindagem	12.525	12.599	-0,59%
Fornecimento Água	192.004	193.132	-0,58%
Fornecimento de Energia Elétrica	104.027	104.638	-0,58%
Fornecimento de Energia Elétrica Contentores	11.098	11.163	-0,58%
Estacionamento Navio	24.210	24.352	-0,58%
Concessões e Aluguer	1.380.084	1.254.098	10,05%
TUP - Granéis Sólidos	489.572	492.449	-0,58%
TUP - Graneis Líquidos	251.864	253.344	-0,58%
TUP - Contentores	3.056.566	3.074.526	-0,58%
TUP Veículos	359.357	361.469	-0,58%
TUP - Outros (BAL)	460	463	-0,65%
Tráfego de Passageiros	1.323.885	1.331.664	-0,58%
Fundeadoiro de Navio	19.208	19.321	-0,58%
Fornecimentos Diversos (Resíduos, ISPS)	454.093	456.761	-0,58%
Subsídios à Exploração	81.075	20.000	305,38%
<b>RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>11.754.597</b>	<b>11.628.020</b>	<b>1,09%</b>



**ANEXO VI – GASTOS**

DESCRIÇÃO	2017	2016	VAR. (%)
FSE - Eletricidade	188.525	186.885	0,87%
FSE - Gasóleo	298.992	283.500	5,18%
FSE - Gasolina	2.500	2.500	0,00%
FSE - Água	314.286	342.857	-9,09%
FSE - Ferramentas UD	35.656	33.328	6,53%
Livros e Documentos Técnicos	2.869	2.746	4,28%
Material Escritório	16.393	19.456	-18,68%
Artigos para Oferta	4.098	4.918	-20,00%
Rendas e Alugueres	27.459	8.689	68,36%
Despesas de Representação	2.500	2.500	0,00%
Comunicações	47.207	59.016	-25,02%
FSE - Seguros	125.000	120.000	4,00%
Transporte Mercadorias	8.689	5.418	37,64%
Deslocações e Estadia	87.049	41.400	52,44%
Honorários	40.984	27.336	33,30%
Contencioso Notariado	9.836	8.197	16,66%
Conservação e Reparação	1.236.066	955.391	22,71%
Publicidade e Propaganda	84.488	98.672	-16,79%
Limpeza e Higiene	237.377	255.057	-7,45%
Vigilância e Segurança	393.443	393.443	0,00%
Trabalhos Especializados	270.492	286.885	-6,06%
Outros FSE	56.557	62.475	-10,46%
OS - Vencimentos	157.452	157.442	0,01%
OS - Outras Remunerações	32.160	32.160	0,00%
P - Remunerações	3.440.408	3.186.595	7,38%
P - Subsídio de Férias/Natal	612.690	557.712	8,97%
P - IHT/CTSDF	814.005	718.984	11,67%
P - Subsídio de Turno	133.280	117.000	12,21%
P - Ajudas de Custo	35.000	30.000	14,29%
P - Subsídio de Alimentação	309.727	302.136	2,45%
P - Horas Extras/Subsídio Prevenção/Compensação	203.097	185.469	8,68%
P - Subsídio Insularidade Porto Santo	81.941	50.520	38,35%
P - Subsídio Falhas, Patrulha e Chefia Pilotagem	7.500	5.400	28,00%
P - Outras Remunerações	60.174	59.006	1,94%
Enc. Remunerações	1.396.496	1.347.767	3,49%
Seguro Acidentes Trabalho	104.891	103.920	0,93%
Custos ação Social	59.779	17.500	70,73%
Outros Custos Pessoal	35.000	47.800	-36,57%
Amortizações do Exercício	13.837.191	13.703.564	0,97%
Juros e Gastos Similares	6.200.677	7.115.911	-14,76%
Outros Gastos e Perdas	481.606	281.579	41,53%
<b>GASTOS TOTAIS DA APRAM, S. A.</b>	<b>31.493.538</b>	<b>31.221.134</b>	<b>0,86%</b>



**ANEXO VII – PLANO DE INVESTIMENTOS**

PROJECTO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL 2017
51457 00001	Aquisição de equipamentos de raio X para o Porto do Funchal	70.000
51461 00001	Reforço do manto de protecção do molhe sul do porto do Funchal	1.060.000
51466 00001	Reparação dos danos causados pelo temporal no dia de 10 de dezembro de 2013, no cais de Machico	125.600
51469 00001	Modernização e upgrade do hardware	70.000
51470 00001	Modernização do software - Governo eletrónico e AIS	190.000
51471 00001	Modernização do equipamento administrativo	2.500
51472 00001	Meios de suporte básico para a assistência técnica às embarcações	2.500
51475 00001	Modernização da ferramentaria marítimo portuária	3.500
51507 00001	Projetos comunitários - Outros	81.075
51553 00001	Otimização da Frente de Protecção Marítima do Depósito de inertes criada a nascente do cais do Funchal	1.250.000
51568 00001	Apetrechamento da Marina a leste do cais da cidade.	50.000
51569 00001	Reabilitação da Marina do Funchal.	300.000
51791 00001	Dragagem do porto do Funchal	1.000.000
51794 00001	Reparação do porto do Porto Santo	520.000
51795 00001	Dragagem do porto do Porto Santo	250.000
51796 00001	Aquisição de equipamentos de movimentação e veiculos automóveis (viaturas, guas e empilhadores)	110.000
51797 00001	Ações de manutenção na Gare Marítima	50.000
51798 00001	Reconstrução do cais de Santa Cruz.	660.000
51799 00001	Reconstrução do cais da Ribeira Brava	800.000
51800 00001	Cais da Ponta do Sol	150.000
51801 00001	Cais da Madalena do Mar	150.000
51803 00001	Cais do Seixal	100.000
51805 00001	Reparação do terminal de contentores do porto do Caniçal	994.998
51806 00001	Diversas acções de manutenção no Porto do Caniçal	150.000
51807 00001	Reforço do manto de protecção do terraplano Nascente do porto do Caniçal	150.000
<b>TOTAL DO PLANO DE INVESTIMENTO PARA O ANO 2017</b>		<b>8.290.173</b>